

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 002511-115 517 700
website : www.au.int

SC16323 – 92/92/9/10

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Oitava Sessão Ordinária
23-28 de Janeiro de 2016
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/945(XXVIII)Add.1
Original: Inglês

**TEMA: “PROPOSTA DE UMA ARQUITECTURA AFRICANA PARA
REDUÇÃO DO RISCO DE CALAMIDADES”
(Ponto proposto pela República dos Camarões)**

**TEMA: “PROPOSTA DE UMA ARQUITECTURA AFRICANA PARA
REDUÇÃO DO RISCO DE CALAMIDADES”
(Ponto proposto pela República dos Camarões)**

INTRODUÇÃO

Após calamidades ressurgentes e frequentes em África e ao nível mundial, que afectam países pobres e ricos de forma semelhante, 185 países adoptaram o Quadro de Sendai para Redução do Risco de Calamidades para o período 2015-2030 durante a 3ª Conferência Anual das Nações Unidas sobre Redução do Risco de Calamidades (WCDRR) em Sendai, Japão, em Março de 2015.

É do conhecimento geral que o país anfitrião para a WCDRR é um arquipélago afectado não só por abalos sísmicos frequentes mas também por furacões, incluindo um dos tsunamis mais devastadores que teve um enorme impacto sobre a vida e economia, fazendo com que o Japão passasse de segunda maior economia para terceira.

Entretanto, o Japão retém o seu estatuto de grande poder económico e continua a ser um dos pilares da economia mundial. Este desempenho é evidência, não só da capacidade do país para resistir às calamidades, mas também a sua capacidade de detectar factores que causam calamidades e limitar o impacto dos seus danos através da gestão de riscos. O Japão melhorou, desta forma, a sua resistência às calamidades através da gestão de riscos, um factor de sobrevivência e prosperidade económica contra as forças negativas da natureza e do fraco desenvolvimento.

Outros países e regiões no mundo enfrentam várias situações de calamidades naturais ou induzidas pelo Homem, cujos custos em termos de perda de vidas humanas e de meios de subsistência, bem como reconstrução de infra-estruturas danificadas, excedem em grande medida os investimentos que, se fossem feitos com a devida antecedência, iriam prevenir ou reduzir a escala das calamidades.

É, portanto, por estas razões que o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades (UNISDR) que é o ponto focal para a Redução do Risco de Calamidades no sistema das Nações Unidas e Órgão da ONU com o mandato de implementar a Estratégia Internacional para a Redução do Risco de Calamidades, baseia as suas intervenções no princípio de investimento eficaz para a prevenção de futuras calamidades e estabelece uma ligação funcional entre Redução do Risco de Calamidades e desenvolvimento sustentável. O Quadro de Sendai para Redução do Risco de Calamidades é o novo guia para o que é designado por desenvolvimento centrado no risco, com o seu objectivo de desenvolver comunidades resistentes.

É neste contexto que, como parte do Secretariado das Nações Unidas, a UNISDR irá assegurar e monitorizar a implementação do Quadro de Sendai.

A ONU apresenta uma definição dinâmica para a resistência como um conceito que o descreve como "a capacidade de um sistema, uma comunidade ou uma empresa exposta

a uma calamidade, para resistir a ela, enfraquecendo os seus efeitos e até adaptando-se a ela porque possui meios para se recuperar dela de forma rápida e eficaz, protegendo ou restabelecendo infra-estruturas e serviços públicos vitais".

PROBLEMA

Onde é que esta definição coloca todos os países africanos? Qual é o nível de resistência do continente? Que medidas foram adoptadas para criar ou melhorar esta resistência no âmbito da Agenda 2063?

De 2000 a 2014, África sofreu graves danos, perdas de vidas e infra-estruturas. As secas afectaram mais de 175 milhões de pessoas na África Subsaariana; as inundações resultaram em 5,500 óbitos anualmente, as epidemias resultaram na morte de 70,000 pessoas, com mais de 11,000 apenas devido ao Ébola; e os sismos ocorreram em 30 momentos determinantes em África, afectando 400,000 pessoas. Estes números só podem aumentar no futuro devido ao facto de que África possui a maior taxa de urbanização ao nível mundial. A epidemia do Ébola que devastou milhares de vidas humanas em três países da África ocidental num curto período de tempo, paralisou as economias dos países, causou medo e pânico generalizados no continente e seriamente pôs à prova a livre circulação de pessoas e bens numa região que é, todavia, a mais avançada de África, é prova suficiente de que África é um continente que é particularmente frágil quando se trata de calamidades.

Esta fragilidade não é apenas dependente da escala de calamidades, mas também e especialmente da falta de recursos financeiros, infra-estruturas e equipamento adequado na maior parte dos países para a prevenção, mitigação, redução e resposta rápida e eficaz. Conhecimentos limitados sobre o meio ambiente e as alterações que provavelmente terão lugar, a fraca capacidade de detectar atempadamente potenciais ameaças de calamidades, a falta de planificação inter-institucional e alocação de recursos, explicam em grande medida os frequentes níveis trágicos de danos que resultam das calamidades.

Uma avaliação das perdas em termos de vidas humanas e económicos após calamidades – que podemos classificar, de acordo com o seu impacto, no mínimo, entre outras: inundações repentinas, desabamentos de terras nas zonas rurais e urbanas, seca, queimadas de todos os tipos, epidemias, o fenómeno "El NINO" que actualmente varia em vários países da África Oriental apesar dos alertas emitidos em Fevereiro de 2015 – revela o nível de vulnerabilidade das comunidades africanas.

Entretanto, esta situação não é simplesmente uma questão de destino. A tendência é reversível se os líderes do continente estiverem sensibilizados para investir mais na Redução do Risco de Calamidades e basear o seu desenvolvimento nacional na melhoria da resistência, tendo em mente o facto de que a 'prevenção é a economia dos pobres'.

O primeiro passo nesta direcção foi tomado em 2004 quando a União Africana aprovou a Estratégia Regional de África para a Redução do Risco de Calamidades. O Programa de Acção Alargado para a implementação da Estratégia Regional de África para

a Redução do Risco de Calamidades está em processo de ser alinhado com o Quadro de Sendai para Redução do Risco de Calamidades (2015-2030). Esta iniciativa visa proporcionar África com instrumentos de valor excepcional cuja utilização, apoiada pelo investimento estratégico e avaliação, irá permiti-la assegurar o desenvolvimento sustentável agora e para as futuras gerações.

PROPOSTA

O fundamento para esta mudança paradigmática foi abordado na 7ª Sessão do Grupo de Trabalho de África sobre a Redução do Risco de Calamidades e a 4ª Reunião de Alto Nível dos Ministros Africanos responsáveis pela Redução do Risco de Calamidades, de 21 a 24 de Julho de 2015, em Yaoundé, acolhida pelo Governo de Camarões, em parceria com o Secretariado da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Comissão da União Africana e o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades que serviu como Secretariado. Esta Reunião de Alto Nível culminou com a adopção da Declaração de Yaoundé, com uma série de recomendações que são propostas pelos Ministros responsáveis pela Redução do Risco de Calamidades para a aprovação do Conselho.

Na sua declaração, os referidos Ministros recomendaram, entre outros aspectos, o seguinte:

1. Os Estados-membros da União Africana e as Comunidades Económicas Regionais devem alinhar as suas estratégias, programas e acções com o Quadro de Sendai para Redução do Risco de Calamidades para o período 2015-2030;
2. Os Estados devem incluir e integrar a Redução do Risco de Calamidades nas suas políticas e programas de desenvolvimento económico como ferramenta mais importante para a resistência, sustentabilidade e desenvolvimento humano e de capital;
3. Há necessidade da União Africana criar um mecanismo de acompanhamento ao mais alto nível possível, com um compromisso directo e institucional da liderança política;
4. *Recomenda-se*, no período intermédio, no mínimo, a criação de um subcomité responsável pela Redução do Risco de Calamidades dentro do Comité Técnico Especializado da União Africana para Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente;
5. Ampla disseminação aos níveis regional, sub-regional, nacional e sub-nacional do Quadro de Sendai, Estratégia e Programa Regional de Acção de África sobre Redução do Risco de Calamidades;

6. *Reconhecimento* do apoio prestado pela União Europeia como parte da cooperação com o Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico e apelar a todos os parceiros de desenvolvimento a priorizarem apoio para a implementação de estratégias regionais, sub-regionais e nacionais para a Redução do Risco de Calamidades;

Durante a sua primeira reunião, o CTE de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente, devido à sua complexa composição, não foi capaz de decidir sobre o número de subcomités que pode criar. De facto, as áreas temáticas a serem abrangidas provaram ser diversas que mais de oito ministros dos Estados-membros têm a sua atenção exigida pelo CTE.

Dada esta situação e tomando em conta a unicidade e importância inquestionável da Redução do Risco de Calamidades em África, Camarões, a quem a reunião ministerial de Yaoundé havia incumbido a missão de apoiar o processo de ancorar a Redução do Risco de Calamidades nos programas e projectos da União, propõe ao Conselho a criação de uma Arquitectura Africana para Redução do Risco de Calamidades que consiste em:

1- Um Comité Técnico Especializado dedicado à Redução do Risco de Calamidades.

Esta medida é motivada por diversos factos: A Redução do Risco de Calamidades é transversal a todos os sectores, uma vez que está relacionada com a gestão do risco para informar as políticas e práticas de desenvolvimento e desta forma, em primeira instância, salvar vidas e meios de subsistência. Mais importante, é a base para o desenvolvimento informado pelo risco para o crescimento e desenvolvimento sustentáveis conforme está previsto nos SDGs e na ‘Agenda 2063; a África que Queremos.’

Segundo, para que o desenvolvimento seja sustentável, há necessidade de políticas e planificação orçamental integradas nos governos, comités regionais e com a inclusão das autoridades locais. Actualmente, muitos Estados-membros continuam a considerar a Redução do Risco de Calamidades apenas em termos de prontidão e resposta, gestão de calamidades geralmente confiada aos Ministérios do Interior ou de Administração Territorial. Embora seja importante, para que seja eficaz, a **gestão do risco de calamidades** requer abordagens multissectoriais e inter-institucionais que desempenham um papel de interface e coordenação de iniciativas por diversos departamentos ministeriais e autoridades locais que estão na posição de receptores e em caso de ocorrência de calamidades.

Redução do Risco de Calamidades aparece, neste contexto, como um dos temas raros que pode justificar verdadeiramente a criação de um Comité Técnico Especializado no sentido estipulado pelo Acto Constitutivo e a ser sujeito ao acompanhamento geral e inclusivo aos níveis nacional, regional e continental.

O CTE seria um quadro multidisciplinar, reunindo várias áreas de governação económica e social, defesa, planeamento económico, finanças, assuntos sociais, saúde, investigação científica, educação e, naturalmente, meio ambiente, planeamento urbano e financeiro.

O modelo etíope pode inspirar a União Africana e muitos Estados-membros por causa da sua coerência e eficiência;

2. Uma unidade de coordenação no Gabinete da Presidente da Comissão. Esta unidade, cujo trabalho será orientado para a resposta rápida da UA às calamidades, poderia ser composta por um coordenador apoiado por um secretariado e pontos focais destacados ou mantidos nos seus actuais departamentos dentro da Comissão, mas trabalhando como uma equipa sob a coordenação do chefe da unidade.

Os pontos focais seriam nomeados nos vários departamentos, incluindo os que são responsáveis pela agricultura e economia rural economia, assuntos políticos, paz e segurança, assuntos sociais, infra-estruturas e energia, e assuntos económicos.

Não haveria implicações financeiras significativas neste esquema porque, para o período de transição até que haja um coordenador inteiramente financiado, a delegação da UNISDR em Adis Abeba iria servir de ponto focal e dar orientação e apoio, conforme for acordado e adequado.

3. Embora não tenha sido especificamente mencionado na Declaração de Yaoundé, seria estratégico reactivar o conceito de centro que foi adoptado pelos ministros responsáveis pela Redução do Risco de Calamidades em 2010, mas que desde essa altura ainda não foi implementado. O contingente relativo ao financiamento, um centro de excelência para todo o continente cujas actividades iriam incluir investigação em rede com universidades e centros de investigação em toda a África, prevenção, aviso prévio em estreita colaboração com o sistema de aviso prévio do Departamento de Paz e Segurança, e a criação e actualização constante do mapeamento de risco de calamidades de África. Este centro teria, igualmente, a responsabilidade de receber e usar relatórios periódicos nacionais e regionais sobre a implementação do Programa de Acção da Estratégia Regional de África em processo de ser alinhado com o Quadro de Sendai para Redução do Risco de Calamidades.

4. O Comité dos Representantes Permanentes (CRP) poderia alargar o mandato do seu subcomité do Fundo Especial de Emergência para Seca e Fome em África para permiti-lo tomar em conta os dois temas de Gestão e Redução do Risco de Calamidades.

IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS DAS MEDIDAS PROPOSTAS

A- Criação de um CTE para Redução do Risco de Calamidades

Será suficiente dar novo nome e reorganizar a actual Reunião de Alto Nível dos Ministros Africanos responsáveis pela Redução do Risco de Calamidades num CTE. Esta transformação teria implicação financeira limitada para a UA e o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades irá continuar a prestar apoio logístico e financeiro para este processo que continua a ser o cerne do seu mandato, em parceria com a CUA.

B- Criação de uma unidade de coordenação no Gabinete da Presidente da União Africana.

Esta medida irá apenas implicar um custo financeiro insignificante para a gestão de um secretariado. Conforme foi mencionado acima, a coordenação estará sob a alçada do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades, delegação de Adis Abeba, enquanto os outros membros da unidade serão os funcionários do Estado que já trabalham na Comissão da UA.

C- Criação de um centro continental para investigação, prevenção e gestão do risco de calamidades.

Camarões comprometeu-se em oferecer um terreno e instalações iniciais necessárias para o lançamento do referido centro. Também conta com o apoio do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades para prestar assistência na mobilização de apoio dos parceiros de desenvolvimento.

D- A prorrogação do mandato de um subcomité do CRP não terá nenhum efeito financeiro substancial.

Relativamente às propostas aqui apresentadas para a criação de uma Arquitectura Africana para a Redução do Risco de Calamidades, o projecto de decisão abaixo é submetido ao Conselho para adopção.

O Conselho:

1. **TOMA NOTA** da proposta de Camarões, a Declaração e as recomendações da 4ª Reunião de Alto Nível dos Ministros Africanos responsáveis pela Redução do Risco de Calamidades realizada em Yaoundé, Camarões, de 21 a 24 de Julho de 2015;
2. **SAÚDA** a Comissão da UA e o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades pela iniciativa de convocar e realizar esta reunião, bem como o Secretariado da CEEAC e o Governo de Camarões sobre a sua contribuição à Conferência de Yaoundé;
3. **SUBLINHA** a relevância e a oportunidade para a UA ter uma Arquitectura de Redução do Risco de Calamidades em África aos níveis nacional, regional e continental;
4. **INSTA** a todos os Estados-membros a implementarem as medidas contidas nas Recomendações e na Declaração de Yaoundé e elaborar relatórios periódicos sobre a implementação das recomendações acima mencionadas;

5. **DECIDE** que a Reunião de Alto Nível dos Ministros Africanos responsáveis pela Redução do Risco de Calamidades seja um dos Comités Técnicos Especializados da União Africana, com a peculiaridade de que irá continuar a beneficiar de apoio logístico e de coordenação do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades;
6. **AUTORIZA** a criação de uma unidade de coordenação para as iniciativas de todas as partes interessadas responsáveis pela Redução do Risco de Calamidades, prevenção e gestão, sob a orientação directa do Gabinete da Presidente da Comissão;
7. **SAÚDA** a oferta de Camarões de acolher em Yaoundé e prestar o apoio necessário para o lançamento de um centro continental de excelência para a investigação, prevenção e gestão de calamidades;
8. **SAÚDA E AGRADECE** ao Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades pelo seu compromisso de trabalhar com a UA;
9. **APELA** à Comissão da UA e ao Comité dos Representantes Permanentes a tomar as medidas adequadas, em colaboração com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Calamidades, visando a criação e operacionalização da unidade para a coordenação de iniciativas de Redução do Risco de Calamidades;
10. **ORIENTA** a Comissão a colaborar com o Governo de Camarões com vista a submeter um roteiro para a criação do centro de excelência para investigação, prevenção e gestão do risco de calamidades durante a sua próxima sessão.

O Conselho apela ainda ao CRP a alargar o mandato do seu subcomité para seca e fome em África a fim de tomar em conta a gestão do risco de calamidades, nomeadamente: prevenção, redução, mitigação e construções melhoradas.

2016

Proposal of an African architecture for disaster risk reduction (Item Proposed by Cameroon)

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4932>

Downloaded from African Union Common Repository